

Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico¹

Alicia H. Puleo²

Tradução de Dr. Carlos Fils Puig

Revisão de Prof^a Dra. Rebeca Furtado de Melo – Colégio Pedro II

Recebido em: 17/03/2019

Aceito em: 03/04/2019

Resumo

Este artigo sustenta que a crítica feminista da ciência alcança a sua máxima intensidade com a teoria ecofeminista, porque, nesta, a análise do androcentrismo se associa à tentativa de superação do antropocentrismo. Considerando que androcentrismo e antropocentrismo estão profundamente ligados, o ecofeminismo busca um modelo científico empático que substitua o paradigma do domínio da natureza próprio do complexo tecnocientífico hegemônico. Entretanto, para lograr com êxito essa proposta, suas teóricas devem evitar cair em uma mística biocêntrica que termine negando os direitos das mulheres sobre seus próprios corpos e em um relativismo cultural que debilite seu objetivo de superação do andro-antropocentrismo e dissolva a realidade do corpo sofredor no espaço ideal do discurso.

Palavras-chave: gênero, ciência, ecofeminismo, androcentrismo, antropocentrismo.

Abstract

This article argues that feminist critique of science is at its strongest in ecofeminist theory because in this theory, the analysis of androcentrism is linked to an attempt to overcome anthropocentrism. Considering that androcentrism and anthropocentrism are deeply linked, ecofeminism seeks an empathic scientific model that replaces the paradigm of the mastery of nature associated with an hegemonic techno-scientific framework. But in order to successfully achieve this goal, theorists must avoid falling into a biocentric mystique that ends up denying women's rights over their bodies. They must also be wary of cultural relativism which does not prioritise overcoming andro-anthropocentrism and uses the ideal space of discourse to ignore the reality of the suffering body.

Key-words: Gender, Science, Ecofeminism, Androcentrism, Anthropocentrism.

- 1 NT: Agradecemos à Professora Alicia Puleo o generoso aceite de nosso convite para publicação neste dossiê e o gentil envio do texto, assim como à revista Daimon pela autorização da publicação desta tradução. O artigo Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento. La crítica al sesgo andro-antropocéntrico [Ecofeminist Perspectives on Science and Knowledge. The Critic of Andro-anthropocentric Biases] foi originalmente publicado em Daimon. Revista Internacional de Filosofía, Suplemento 6 (2017), pp. 41-54. ISSN: 1130-0507 (papel) e 1989-4651 (on-line) <http://dx.doi.org/10.6018/daimon/290751>
- 2 Professora Titular de Filosofia Moral da Universidade de Valladolid. aliciahelda.puleo@uva.es Linha de Investigação: os valores éticos e as ideias políticas da Ilustração, a práxis emancipatória derivada deles os e diversos aspectos de Filosofia Moral e Política relacionados com os princípios de liberdade e igualdade das democracias modernas: a conceptualização da sexualidade, a teoria feminista e de gênero, a bioética e a ética ambiental. Entre suas últimas publicações, cabe destacar o livro: "Claves ecofeministas. Para rebeldes que aman a la Tierra y a los animales" (2019). O presente trabalho se enquadra no projeto de investigação Prismas filosófico-morales de las crisis (FFI2013- 42935-P do Plan Nacional I+D; MICIN-MINECO) do que forma parte.

Abordar o tema das relações entre ciência, conhecimento e gênero requer começar recordando que as mulheres têm sido excluídas do conhecimento ao longo da História. Frequentemente, argumentos “científicos” têm sido utilizados para justificar essa exclusão e, quando alguma mulher fazia contribuições de grande valor ao conhecimento, estas eram ignoradas, desvalorizadas ou atribuídas a outros (García Dauder e Pérez Sedeño, 2017). Até mesmo o Iluminismo manteve posições como essas em relação à inclusão das mulheres em algo que era chave para o seu projeto de progresso do espírito humano: a educação e o desenvolvimento das ciências e as técnicas (Amorós, 1997; Puleo, 2000; Roldán, 2013). Ainda hoje persiste uma importante lacuna de gênero no mundo da ciência.³ Pode-se dizer que a incorporação das mulheres ao conhecimento científico se produz entre a integração normalizadora e a crítica aos vieses androcêntricos do *corpus* herdado.

No que se refere a este último aspecto, considero que a teoria ecofeminista constitui um dos desenvolvimentos mais promissores do pensamento feminista para os tempos da mudança climática. Sua relação com a ciência é estreita e, ao mesmo tempo, profundamente crítica. Por um lado, se pode constatar que na sua própria origem é devedora do conhecimento científico. Por outro, mostra seu potencial inovador e disruptivo derivado da combinação da crítica ao androcentrismo e a crítica ao antropocentrismo, uma união que, já desde as pensadoras proto-ecofeministas, leva a uma posição que não se limita a um empirismo feminista que defenda a admissão de mais mulheres na ciência e a correção do sexismo e do androcentrismo mediante uma aplicação correta da metodologia científica. A crítica ecofeminista se desdobra em um leque de posições que vão desde o que se conhece como *standpoint feminism* ou epistemologia da perspectiva, com bases conceituais e visões alternativas a partir da experiência da opressão de gênero, até os enfoques mais aparentados com a pós-modernidade, que dão ênfase à diversidade cultural.

Nestas linhas, vou me referir, em primeiro lugar, à influência da ciência no surgimento da teoria ecofeminista nos anos setenta do século XX. Passarei depois a examinar as contribuições críticas dessa teoria em relação ao conhecimento científico. Agrupo essas contribuições em torno de dois núcleos fundamentais interrelacionados: a defesa do corpo das mulheres frente a uma tecnociência que se experimenta como agressiva, manipuladora e ameaçadora e a detecção de modelos patriarcais na construção do objeto e do sujeito da ciência na Modernidade.

1 A origem da ciência

O surgimento do ecofeminismo como ponto de contato das reivindicações das mulheres com as metas do nascente movimento ecologista se deu nos anos setenta do século passado por uma conjunção de fatores de ordem social e intelectual. Entre estes últimos, há que se destacar o impacto de um importante estudo antropológico sobre a relação entre as mulheres e a natureza, o interesse de algumas pensadoras e ativistas feministas na ciência da ecologia e nas projeções demográficas e ambientais que previram um futuro catastrófico para a humanidade. O influente artigo da antropóloga Sherry Ortner (1972) sobre as evidências empíricas, no imaginário das diferentes culturas humanas, da existência de uma associação constante da figura da mulher à da natureza pode ser considerado como um ponto de partida chave para a teoria ecofeminista, tanto em suas correntes essencialistas como construtivistas. A hipótese deste estudo buscava dar uma explicação à origem da subordinação universal das mulheres e a encontrava no fato de que estas realizavam funções e ocupavam espaços de mediação entre natureza e cultura: transformação do cru em cozido e procriação e criação dos

3 Assim, por exemplo, o informe apresentado em 7 de fevereiro de 2017 pela Unidade de mulheres e ciência do Ministério de Economia, Indústria e Competitividade espanhol assinala que, na Área de Ciências Naturais, 30 comissões técnicas de avaliação de Projetos de I+D Excelência, Projetos de I+D+i de desafios da Sociedade e Projetos Jovens sem vinculação ou com vinculação temporal apresentavam sub-representação de mulheres. Segundo o critério de equilíbrio de gênero, se considera que há sub-representação quando um sexo não está representado em ao menos 40% das pessoas que integram a comissão. Nenhuma das comissões tinha sub-representação de homens. A taxa de êxito nas convocatórias de Projetos continua sendo menor no caso das mulheres. Ainda assim, a porcentagem de investigadoras e catedráticas é de 21%, uma proporção muito baixa, similar à do resto de países europeus. Esse relatório foi elaborado a partir de dados da Agência Estatal de Investigação. (*Científicas en Cifras 2015. Estadísticas e indicadores de la (des)igualdad de género en la formación y profesión científicas, 2017*).

filhos que os tirava de um estado natural próximo à animalidade para integrá-los ao *logos*. Posto que a cultura era considerada por todos os povos como superior à natureza, o status degradado desta se estendia ao coletivo feminino⁴. Certo é que, se olharmos ao contexto de descobrimento tal como requer a perspectiva CTS, o estudo de Ortner só havia sido possível graças às reflexões prévias de uma filósofa feminista. *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, oferecia, sem dúvidas, a base que possibilitou as perguntas que guiaram a sua investigação e a hipótese que defendera. Mas o que em Beauvoir era fruto de um estudo erudito, filosófico, baseado em fontes bibliográficas, em Ortner se converte em antropologia cultural, que se reverterá, à sua vez, com resultados diferentes, na filosofia feminista e na ecofeminista.

A nova ciência da etologia, consolidada graças às investigações de Konrad Lorenz, também exerceu influência importante, ainda que não isenta de polêmica⁵, no pensamento ecofeminista. Deixando para trás o conhecimento estereotipado dos animais produzido nos labirintos artificiais do *behaviorismo*, a etologia mostrava a vida silvestre em uma realidade não limitada por regras humanas. As teóricas ecofeministas não tardaram a colocar os novos conhecimentos etológicos em relação às propostas do psicólogo britânico Richard Ryder e do filósofo utilitarista australiano Peter Singer. Recordemos, da mesma forma, que, em 1970, Richard Ryder forjou o termo *specism*⁶ para se referir ao preconceito de espécie que leva a não incluir os animais na consideração moral, apesar de se tratarem de seres passíveis de sofrimento. Ele continuou usando o termo nas publicações que realizou com o grupo de filósofos de Oxford ao que se unira posteriormente. Peter Singer se serviu desse termo em seu livro *Animal Liberation*, publicado em 1975. Essa obra marca o início do movimento animalista internacional e é contemporânea à formação dos primeiros grupos ecofeministas dos EEUU. O “especismo” será incluído nas intersecções centrais de gênero abordadas pelo ecofeminismo, junto a sexismo, racismo, classismo e outras formas de opressão por razão de orientação sexual ou deficiência.

O trabalho de pesquisa e divulgação da bióloga estadunidense, Rachel Carson, ocupa um lugar central no pensamento ecofeminista. Uma das suas teóricas mais precoces, Mary Daly, a chamou de “Casandra do ecologismo” por sua obra *Silent Spring* (1962), obra na qual advertia sobre os perigos, tanto para os animais silvestres como para os humanos, da fumigação com DDT e sua transmissão através da cadeia trófica. O poético título da obra se referia à morte dos pássaros devido aos agrotóxicos. Enferma de câncer de mama, se definiu como vítima dessa peculiar guerra contra a natureza levada a cabo pela agricultura industrial⁷. A reação das grandes empresas químicas foi muito agressiva. Trataram de diminuir sua credibilidade como cientista, utilizando estereótipos de gênero que a apresentavam como uma solteirona mística e sentimentalista (Guerra, 2004). Após a sua morte, a sua figura foi devidamente reconhecida e recordada pelo movimento ecologista e ecofeminista como uma pioneira que revelou a vulnerabilidade humana que a destruição do ecossistema gera.

Finalmente, há que assinalar que pode se considerar determinante para o surgimento das teorias ecofeministas a preocupação ecologista com a insustentabilidade do crescimento descontrolado da população mundial e a impossibilidade da expansão econômica indefinida em um planeta. Dois dos estudos mais influentes que abordaram essas temáticas foram *The Population Bomb* (1968), livro de Paul Ehrlich, professor na Universidade de Standford, e o relatório *Limits to Growth*, de 1972, obra de uma equipe de investigação do Instituto Tecnológico de Massachusetts, entre cujos membros se encontrava a cientista ambiental Donella Meadows. Françoise d’Eaubonne, teórica do círculo de Simone de Beauvoir, criou o termo “écofeminisme”, em 1974, e começou o desenvolvimento sistemático dessa corrente baseando-se justamente nas projeções da ciência que defendiam a insustentabilidade do crescimento indefinido da população mundial e da economia, dada a impossibilidade de alimentar a tantos milhões de seres humanos sem causar dano às bases ecológicas

4 Em meados dos anos noventa do século XX, por influência do pós-estruturalismo na antropologia, Sherry Ortner (1996) modera as suas teses dos setenta, sem abandoná-las por completo. Reconhece a dificuldade de afirmar com caráter universal a sua hipótese, mas a mantém no que concerne ao Ocidente e a grande parte do Oriente.

5 Cf. Collard (1988) sobre a universalização de uma suposta natureza agressiva dos seres humanos em Konrad Lorenz.

6 O *Oxford English Dictionary* inclui o termo a partir da sua edição de 1985. A RAE ainda não aceitou a sua tradução castelhana (“especismo”), apesar de já ser amplamente utilizada nas obras de *Ética Animal* do âmbito de língua espanhola.

7 Observemos que o glifosato, utilizado atualmente como herbicida, é um derivado do agente laranja tristemente conhecido por seu uso como arma durante a guerra do Vietnã.

da vida na Terra, superando sua capacidade de regeneração. D'Eaubonne relacionou essas previsões científicas às demandas feministas de controle sobre o próprio corpo (D'Eaubonne, 1997). Adverte que se as mulheres não tivessem sido submetidas, através dos séculos, à maternidade forçada, não existiria o problema contemporâneo da superpopulação: “Em um mundo, ou simplesmente um país, onde as mulheres (e não, como pode ser o caso, uma mulher) estivessem realmente no poder, seu primeiro ato teria sido limitar e espaçar os nascimentos. Já há muito tempo, desde muito antes da superpopulação, é o que sempre têm tentado fazer” (D'Eaubonne, 1997, 42). Em consonância com as propostas feministas da época, considerou positivos os avanços farmacêuticos no terreno da contracepção. A solução que propõe à preocupação ecologista sobre a superpopulação consiste, como o fizera Simone de Beauvoir, em dar liberdade às mulheres para decidirem se desejam ser mães. Mas a sua visão ecológica a leva a ver as conexões entre las barreiras que as mulheres encontram para controlar a sua fertilidade e a necessidade de novos consumidores própria de um sistema produtivista baseado no crescimento sem limites da demanda. Propõe, portanto, avançar em direção a um mundo pós-patriarcal despojado da obsessão de poder que subjaz ao produtivismo: “A falocracia está na própria base de uma ordem que não pode nada além de assassinar a natureza em nome do lucro, se é capitalista, e em nome do progresso, se é socialista” (D'Eaubonne, 1997, 51). Denuncia, assim, as falsas promessas de felicidade através do consumo por não ser nada além de “uma fraude ao tempo, que é a trama da vida; à sensibilidade, que é o seu valor; uma frustração gigantesca, planetária, monstruosa” (D'Eaubonne, 1997, 48). O humanismo que D'Eaubonne propõe incorpora o ideal feminista de sororidade e as demandas de liberdade e igualdade das mulheres sobre uma base de compreensão ecologista que denuncia o industrialismo, um modelo devastador da Terra e é incompatível com a busca de uma vida satisfatória.

20 corpo das mulheres: esse campo de batalha⁸

Por seu papel na reprodução da espécie, as mulheres têm sido submetidas a um controle intenso ao longo da História. A partir do Iluminismo, a utilização de argumentos biologicistas para delimitar o espaço legítimo de desempenho das atividades das mulheres recebeu grande importância. Era a substituição secular das antigas justificativas religiosas (Puleo, 2000). O pensamento feminista se viu obrigado, portanto, a se esforçar em desmontar o discurso dos chamados “médicos-filósofos” que, baseando-se na oposição cérebro/genitais, atribuíam aos homens a tarefa de fazer avançar a civilização e, às mulheres, a de aperfeiçoar a espécie. Por essa divisão de funções, o mundo do saber ficava reservado aos primeiros. Às mulheres se deixava o âmbito doméstico, devidamente melhorado pela nova disciplina da higiene e pela substituição do confessor pelo médico de cabeceira. Após essa primeira batalha, o feminismo se dedicou, na segunda metade do século XX, a examinar as formas em que a opressão patriarcal se exercia sobre os corpos. O conceito foucaultiano de “biopolítica” (Foucault, 1974), ainda que nesse autor fosse utilizado apenas marginalmente para se referir à histerização do corpo das mulheres, facilitou o reconhecimento acadêmico das interpretações feministas que mostravam a conexão entre discurso científico e política, esta última entendida em um sentido amplo frankfurtiano.

Por outra parte, pode se dizer que os estudos CTS fizeram do corpo um tema privilegiado de reflexão por influência do feminismo (Pérez Sedeño e Ortega Arjonilla, 2014). Não se trata de um corpo uno, mas múltiplo, construído pelas interações com o meio e pela própria atividade científica. Entre os múltiplos avanços na investigação sobre o androcentrismo da ciência, corresponde assinalar que a perspectiva de gênero nos estudos da medicina tem permitido mostrar certas inadequações terapêuticas devido à proeminência de modelos de estudo masculinos (Valls-Llobet, 2009, Prendergast, Onishi, Zucker, 2014). Assim, tem se reivindicado maior atenção à morbidade diferencial e aos fatores de risco específicos das mulheres.

Enquanto herdeira das preocupações do feminismo da segunda onda, a teoria ecofeminista aborda o tratamento do corpo das mulheres em três dimensões fundamentais: a iatrogenia na ginecologia, o impacto

8 Inspirada pelas demandas e estudos feministas, em 1989, a artista plástica estadunidense Bárbara Kruger realizava *Your body is a battleground* (Seu corpo é um campo de batalha), uma obra que se converteria em ícone do feminismo.

de um meio ambiente saturado de substâncias químicas tóxicas na saúde feminina e as novas tecnologias reprodutivas. No próprio título de uma das obras pioneiras do ecofeminismo, *Gyn/Ecology* (1978), de Mary Daly, constatamos a preocupação com a ginecologia. Na introdução, Daly se refere a Françoise d'Eaubonne como a criadora do próprio conceito de “ecofeminismo”, mas adverte que, diferentemente da pensadora francesa, os dois focos da sua obra serão a iatrogenia e o controle masculino sobre o corpo das mulheres através da ciência e da teologia. Representante da corrente essencialista do ecofeminismo, Daly sustenta que as mulheres possuem uma consciência biofílica que pode se opor a uma ciência e a uma técnica fascinadas pelo poder de *Thanatos*. A autora se mostra consciente dos riscos da corrida nuclear durante a Guerra Fria e como especialista em religião e teologia, denuncia a poluição das mentes que subjaz, em sua opinião, à deriva suicida da civilização. Desvalorizadas durante séculos por serem concebidas como meros corpos e criaturas emocionais frente aos homens, autodefinidos como razão e espírito, as mulheres passam nessa obra a ser portadoras do *Eros*, do valor do cuidado da vida. Os tradicionais pares de opostos razão/emoção, mente/corpo e cultura/natureza são mantidos, mas o seu valor se transforma. Os que eram considerados inferiores e associados às mulheres serão concebidos como a única promessa de futuro para a humanidade.

Com respeito à medicina, Daly participa do interesse próprio do feminismo da época em que grupos estadunidenses como o *Boston Women's Health Book Collective* se encontravam em busca de uma ginecologia em que as mulheres não fossem meras pacientes constrangidas à obediência. O trabalho desse grupo havia cristalizado, em 1973, no manual *Our bodies, our selves* (1973), que marca um antes e um depois da abordagem feminista ao corpo feminino. A sua meta era contribuir à justiça reprodutiva e sua característica principal consistia em reunir não só o conhecimento profissional especialista, mas também a experiência das usuárias através do método feminista do grupo de autoconsciência⁹. Tanto em sua primeira edição como nas seguintes, a focalização analítica e o reducionismo habituais da medicina se atenuam com um enfoque mais holístico que atende a todos aqueles aspectos que podem substituir ou ajudar aos tratamentos farmacêuticos e cirúrgicos: alimentação, tipo de vida, atitudes emocionais, etc. Para cada patologia se apresentam as distintas opções terapêuticas e suas vantagens e inconvenientes, aproximando a ginecologia a um saber plural e colaborativo que pretende se tornar independente dos dogmas e das pressões das grandes empresas farmacêuticas, dando às mulheres maior poder de decisão sobre os seus próprios corpos.

Um aspecto muito importante da crítica ecofeminista ao complexo tecnocientífico é o dos efeitos da toxicidade ambiental nas mulheres e em sua saúde reprodutiva, assim nas crianças. Os últimos são particularmente vulneráveis porque o seu sistema imunológico ainda não se desenvolveu. O ecofeminismo, como forma do chamado “ecologismo dos pobres”¹⁰ tem denunciado, em numerosas ocasiões, que em zonas agrícolas fumigadas com agrotóxicos, numerosas crianças nascem com malformações ou apresentam alta incidência de doenças tão graves como a leucemia. Os estudos clínicos têm mostrado que o corpo das mulheres, por seus ciclos hormonais e por ter maior proporção de gordura que o dos homens, funciona como um bio-acumulador químico de toxinas. O aumento dos cânceres ginecológicos (de mama e de útero) está vinculado à proliferação ambiental de xenoestrógenos, compostos químicos similares ao estrógeno, que estão presentes nos pesticidas organoclorados, nos plásticos, nos conservantes de cosméticos, em dioxinas de incineradoras, etc. (Valls-Llobet, 2015). A práxis de alguns grupos ecofeministas tem tentado romper o surpreendente silêncio que se mantém em relação às consequências da contaminação do meio ambiente para as mulheres. Nessa problemática, se constata uma intersecção de classe e até de raça, já que as mais afetadas acabam sendo camponesas pobres, indígenas ou trabalhadoras de indústrias contaminantes, nas quais frequentemente se concentram membros de minorias étnicas.

Algumas teóricas ecofeministas, como a alemã Maria Mies, têm rejeitado as novas tecnologias reprodutivas por considerar que são contrárias à ética. O seu ecofeminismo, baseado, como o de Vandana Shiva, no princípio da sacralidade da vida, a levará inclusive a questionar as próprias práticas anticonceptivas (Mies e

9 Prova do êxito dessa obra são os mais de quatro milhões de exemplares vendidos em sua primeira edição, assim como a sua tradução a 29 idiomas.

10 Esse conceito foi forjado pelo economista Joan Martínez Alier para referir-se àqueles movimentos ecologistas que não se autodenominam como tais, mas que realizam um ativismo claramente ecológico ao defender seus interesses imediatos.

Shiva, 1998) e a militar contra a legalização da eutanásia na Austrália. Esse ecofeminismo biocêntrico, que apela ao sentido do sagrado aplicado à natureza é, em minha opinião, altamente problemático para o feminismo. Por isso, propus um ecofeminismo de raiz ilustrada baseado no princípio da qualidade de vida, que permite rejeitar a *hybris* tecnocientífica favorecida pela globalização neoliberal sem renunciar aos benefícios da ciência e da técnica quando se cumpre o princípio de precaução e se atende à dignidade, ao bem-estar e à diminuição do sofrimento. A partir dessa posição, as NTR podem ser criticadas quando implicam danos, riscos, abusos e/ou mercantilização, como ocorre normalmente, por exemplo, no caso da hormonização para a doação de óvulos¹¹. A ciência não é o inimigo a abater, mas uma aproximação à realidade que é necessário melhorar. Tampouco o é o legado ilustrado que tão severamente critica Shiva (1995). A liberdade e a igualdade das mulheres no século XXI necessitam de ambos.

3 O dualismo sujeito/objeto e a possibilidade de um conhecimento empático da natureza

A teoria do *standpoint feminism* (Hartsock, 1983) sustenta que as mulheres, como grupo oprimido, se encontram numa posição privilegiada para captar e compreender aspectos da realidade que permanecem invisíveis para os membros do grupo dominante. A pensadora ecofeminista belga, Andrée Collard, discípula de Mary Daly, afirma: “Women’s experience with oppression and abuse, as well as their experience of mothering, can make them more sensitive to the oppression and abuse of nature, as well as better situated to remedy it”¹² (Collard, 1988, 138). Tal era também a convicção de algumas pensadoras sufragistas - verdadeiras ecofeministas *avant a lettre* - que consideraram mulheres e animais como vítimas da violência patriarcal. Elas não apenas observaram que ambos eram objeto de maus tratos não sancionados pela justiça no âmbito doméstico, mas também viram conexões entre o crescente caráter agressivo da ginecologia e o auge da experimentação com animais. No final do século XIX, advertiram para uma tendência de praticar cada vez mais operações de histerectomia e como esse incremento era paralelo ao auge da vivissecção animal. Denunciaram também o tratamento que numerosos médicos davam às mulheres pobres nos hospitais, sua falta de respeito quando as utilizavam para ensinar casos de enfermidades aos estudantes e sua negativa a administrar-lhes anestesia sob o pretexto de que, por sua rusticidade, não eram suficientemente sensíveis para experimentar dor (Bianchi, 2015). Em 1875, a líder sufragista, Frances Power Cobbe, criou a primeira liga para a abolição da vivissecção. O Brown Dog Affair¹³ levaria inclusive a confrontos nas ruas entre sufragistas e estudantes de medicina.

O fenômeno altamente feminizado da oposição à vivissecção não se dava somente na Grã Bretanha. Na França¹⁴, a feminista Marie Huot, presidenta da *Ligue Populaire contre la Vivisection*, enfrentou a Pasteur e sustentava, em suas conferências, que as mulheres possuem um instinto maternal que as leva a assistir a todo aquele que sofre (Traïni, 2011). Na segunda metade do século XIX, “para os fisiólogos, a vivissecção era o símbolo da liberdade da ciência, um princípio que não permitia exceções; para as antivivissecionistas era o símbolo da separação entre a ética e a ciência, da vontade de domínio da natureza” (Bianchi, 2015, 42). Essa parte da história do feminismo tem sido esquecida. Atualmente, os *Animal Studies* e a Ética Animal são áreas de investigação emergente com importante presença nas investigações de vanguarda da academia. Mas, como sucedera com outras áreas do conhecimento, se ignora ou se oculta que exista uma história e bases (eco)feministas (Adams & Gruen, 2014; Velasco Sesma, 2017). A compaixão pelos sofrimentos dos animais continua sendo hoje um fenômeno mais frequente em mulheres que em homens, ainda que um número

11 As “doadoras” recebem uma soma de dinheiro “pelos transtornos” sem que, em geral, se lhes dê suficiente informação sobre os riscos e o caráter do processo.

12 “A experiência de opressão e abuso sofrida pelas mulheres, assim como a sua experiência com os cuidados maternos, podem torná-las mais sensíveis à opressão e ao abuso da natureza, e melhor situadas para encontrar uma solução.” (tradução minha).

13 A vivissecção sem anestesia de um cão de rua marrom realizada por um professor na sua classe e denunciada por duas sufragistas.

14 Como assinala L. Desblache (2011), o racionalismo ainda impregna em nossos dias a cultura francesa, estabelecendo maior distância entre os humanos e o resto dos seres vivos que a cultura anglófona, marcada pelo Romantismo. Para uma revisão das razões que levam à insistência no abismo ontológico no campo da filosofia, ver C. Velayos (2013).

crescente destes também a experimentem¹⁵. Além disso, a conexão entre ecologismo e antiespecismo também tem as mulheres como principais protagonistas: “o ecologismo feminista se dá, majoritariamente, vinculado à sua versão animalista” (Balza e Garrido, 2016, 302).

A preocupação das proto-ecofeministas do XIX pelo animal como infeliz objeto da ciência estava acompanhada da consciência de sua relação com a construção androcêntrica do sujeito da ciência: um sujeito marcado por um viés claramente patriarcal que, na compaixão, só via uma debilidade feminina. Compreenderam que a adesão entusiasta à prática da vivissecção criava um novo modelo de masculinidade violenta, que já não era o do homem brutal sem instrução, mas da calculada crueldade do cientista em busca de objetividade. É a figura do “testemunho modesto” teorizada pela tecnofeminista Donna Haraway como representativa das transformações epistêmico-produtivas da Modernidade (Haraway, 2004).

Ainda hoje, durante os seus estudos, os futuros médicos e veterinários são ensinados a desprezar o sofrimento e a vida dos animais de experimentação. Essa atitude se normaliza e passa a fazer parte da rotina por influência dos professores - que são modelos no treinamento - e pela necessidade dos próprios estudantes de bloquear os sentimentos para evitar a angústia gerada pelas práticas que realizam. Assim, se vai forjando o seu perfil profissional (Thomas, 2013), um perfil que, na época vitoriana, já advertiram as sufragistas (Bianchi, 2015), criava profissionais altivos, distantes e depreciativos que chegavam a rir diante dos sofrimentos dos animais de experimentação e das mulheres pobres utilizadas nos hospitais como exemplos nas aulas de medicina.

A *inquisitio* científica revela o seu *pudenda origo* no imaginário de Francis Bacon e de outros homens da sua época. Em Bacon, a natureza aparece como mulher a qual há que se assediar para que se entregue ao que a deseje, útero ao que há que extrair a riqueza, bruxa a que precisa se torturar para que revele seus segredos (Merchant, 1981). Produzia-se, assim, a passagem da filosofia hermética da antiga alquimia, com a sua imagem do matrimônio entre o princípio masculino e o feminino, o espírito e a matéria¹⁶, ao conhecimento experimental da nova ciência como domínio viril (Evelyn Fox Keller, 1991). “For Bacon, as for Harvey, sexual politics helped to structure the nature of the empirical method that would produce a new form of knowledge and a new ideology of objectivity seemingly devoid of cultural and political assumptions” (Merchant, 1981, 172). As violentas metáforas que emergem nessa época de transição mostravam que a separação sujeito/objeto não seria de mera contemplação. Na filosofia mecânica, o sujeito atuaria sobre o objeto reduzido a mera extensão. A distância infinita entre sujeito e objeto seria a da indiferença em relação qualquer outra qualidade que não fosse relevante para os fins buscados. Mais tarde, as práticas de laboratório encontrariam uma justificativa cômoda na teoria do animal-máquina de Descartes. Os bramidos de dor das criaturas vivissecionadas não eram sinal de que possuísem sensibilidade. Segundo os cartesianos, era um simples ruído da maquinaria. Nos séculos XVII e XVIII, essa teoria encontrou uma exaltada resistência nas mulheres que a conheciam. Robert Boyle conta que as “belas damas” que assistiam aos experimentos científicos em qualidade de observadoras lhe haviam obrigado em alguma ocasião a deter sua demonstração da produção de vácuo com extração de ar porque não suportavam ver agonizar os pássaros fechados na campana (Bowerbank, 2004). Para os membros das então recentemente criadas sociedades científicas, esse fato constituía uma confirmação da incapacidade feminina para a investigação e uma justificação a mais para a exclusão das mulheres do conhecimento. Dominadas pelos sentimentos, não eram aptas para o acesso ao saber.

Observemos que a utilização de animais em experimentos de laboratório não só foi questionada a partir da perspectiva ética, mas também quanto à sua eficácia para gerar conhecimento aplicável aos seres humanos.

15 A consciência ética ante o sofrimento animal se encontra em aumento. E não só com referência à indústria das carnes ou a dos laboratórios científicos, mas também atendendo a outros âmbitos aparentemente menos cruéis, como os zoológicos. O suposto objetivo didático dos zoológicos não se alcança, já que os seres ali aprisionados não são o que eram em liberdade. Marta Tafalla se pergunta como educar para que a atração estética que despertam os animais não leve a trancafiá-los e conclui: “busque que aquilo que amas e admiras, que te fascina e te produz prazer, não seja destruído por tua própria fascinação” (Tafalla, 2013, 90). A dominação conduz a um conhecimento falso.

16 Como bem assinala Fox Keller (1991), destacar essa mudança não significa sustentar que os filósofos herméticos eram feministas, mas que conservavam certa reverência diante da fertilidade da mulher e da natureza.

A experimentação em laboratório se baseia na premissa de que os modelos animais são preditivos. Contudo, as investigações biomédicas distam muito de confirmar tal suposição. Numerosos fatores, que vão desde o estresse sofrido no laboratório até as diferentes doses necessárias para que um tóxico atue ou a variedade de canais que este segue segundo as espécies, geram alto grau de incerteza¹⁷. Entretanto, a rotina e a facilidade dessas práticas explicam os milhões de animais que morrem todos os anos em meio a terríveis padecimentos. Seu número não cessa de aumentar. A experimentação animal não se reserva a investigações transcendentais que suponham enormes avanços para a cura de doenças. Qualquer motivo, até o mais fútil, se considera suficiente para recorrer a ela, ainda que tenha havido algumas restrições legais nos últimos anos, como resultado de intensas campanhas baseadas em argumentos científicos e filosóficos.¹⁸ O dualismo sujeito/objeto continua articulando-se com a divisão entre razão e emoção, bloqueando todo sentimento empático que dera lugar à compaixão. Mas cabe perguntar-se, a partir de uma perspectiva ecofeminista, em que medida outro tipo de emoções - aquelas vinculadas à vontade de poder - estão presentes na falta de interesse por desenvolver métodos alternativos que já se conhecem.

O desenvolvimento da Ética do Cuidado nos anos oitenta do século XX fortaleceu o ecofeminismo que imediatamente a adotou, ainda que lhe atribuindo um selo próprio. A interpretação ecofeminista da ética do cuidado está encaminhada a dar voz àqueles que não a têm, em particular aos animais (Donovan, 2016). Contribuí, assim, a corrigir o antropocentrismo extremo que ainda predomina no conhecimento. A ecofeminista Donovan assinala a similaridade entre as teorias materialistas da perspectiva e as da teoria do cuidado¹⁹. Afirma: “A teoria do cuidado é, no fundo, uma intervenção política com o propósito de recuperar e articular vozes suprimidas e marginadas (...) cuja perspectiva forma as bases para uma ética crítica e com o propósito de revelar, criticar e enfrentar o sistema que as oprime” (Donovan, 2016, 65-66). Ambas funcionam como impugnações da perspectiva dominante.

Todavia, em algumas ecofeministas pós-modernas, essa correção do antropocentrismo dominante se vê muito debilitada por assumir um relativismo cultural que elogia a “caça relacional” de alguns povos originários da América. A narrativa sioux, que entende que o animal se oferece ao caçador e este o trata com respeito, é considerada como exemplo de percepção afetiva da natureza por Karen Warren, em uma abordagem que se coloca nas antípodas da crítica de Collard (1988) à caça como modelo da ciência. O sofrimento do animal se dilui em um contextualismo radical seduzido pelas culturas não ocidentais. A realidade material não humana captada a partir da perspectiva compassiva ecofeminista desaparece.

Na sua busca por uma ciência empática, a teoria ecofeminista colocou em relevo as investigações de Barbara McClintock (Donovan, 2014). Essa citogeneticista, que descobriu os “transposons” - sequências de ADN capazes de se transladar dentro do genoma - insistia na necessidade de escutar à matéria, de abrir-se à sua enorme complexidade. Sustentava que era necessário manter com o objeto uma relação empática que permita a intimidade sem aniquilar a diferença. Mas existe, sim, um exemplo absolutamente claro das potencialidades de uma atitude empática para a aquisição de conhecimento, que é o das primatólogas escolhidas por Louis Leakey para estudar as origens da nossa espécie: Dian Fossey, que foi assassinada pelos caçadores por defender os seus “objetos” de estudo, os gorilas de montanha, Biruté Galdikas, que dedicou a sua vida a os orangotangos, e Jane Goodall, que fez o mesmo com os chimpanzés. Como destacou Marta I. González: “A primatologia é uma disciplina especialmente relevante para os estudos sobre ciência e gênero, já que nela

17 Assim, Andrew Night observa: “As diferenças entre espécies nas vias ou nas taxas de absorção, distribuição, metabolismo e eliminação podem, todas elas, influenciar na toxicidade química, inclusive na carcinogênese. Dado que muitos carcinógenos devem ser metabolizados como eletrófilos reativos para que produzam os seus efeitos cancerígenos, as diferenças entre espécies nas vias ou nas proporções podem afetar os níveis de atividade dos metabólitos cancerígenos” (tradução minha). «Species differences in absorption, distribution, metabolism, and elimination pathways or rates can all influence chemical toxicity, including carcinogenicity. Since many carcinogens must be metabolised to reactive electrophiles to produce their carcinogenic effects, species differences in pathways or rates can affect activity levels of carcinogenic metabolites.» (Knight, 2011, 81)

18 Em 11 de março de 2013, entrou em vigor na UE a proibição total da experimentação de produtos cosméticos em animais. Com a proibição da comercialização de produtos testados em animais, se completava, assim, um processo iniciado em 2003.

19 Sobre a relação entre cuidado e responsabilidade com relação aos não humanos, ver López da Vieja (2015).

convergem vários fatores de interesse tanto para o estudo das mulheres cientistas como para a análise dos efeitos de valores de gênero sobre conteúdo e métodos” (González, 2004, 11).

Quando iniciou as suas observações em Gombe (Tanzânia), J. Goodall transgrediu uma das instruções metodológicas que lhe haviam dado. Em vez de designar um número a cada indivíduo do grupo de animais, ela lhes deu nomes. Em seu caso, não se trata de um detalhe anedótico. Dar-lhes um nome era reconhecer o seu status de sujeitos de uma vida, reconhecer-lhes e respeitar-lhes. O legado dessas três primatólogas é imenso, tanto em conhecimento das espécies estudadas como na inovação metodológica que implicou a sua atitude e a sua prática, e que fez escola (González, 2004; Rodríguez Carreño, 2012). Não cabe aqui recordar todos os seus descobrimentos, mas a guisa de exemplo, assinalarei que, graças à escuta empática, Jane Goodall é considerada a cientista que mudou a definição de nossa espécie. Hoje se reconhece que *homo faber* não é uma descrição satisfatória, já que Goodall descobriu que a fabricação e utilização de instrumentos se dão em outros primatas. Também sabemos, graças aos seus estudos, que a guerra organizada não nos é privativa. Na primatologia, a aproximação empática conseguiu o que o estudo frio e distante de indivíduos numerados não tinha sido capaz de alcançar.

O reducionismo mecanicista da ciência moderna tampouco é capaz de compreender e tratar adequadamente a complexidade ecossistêmica, conduzindo assim a uma noção de desenvolvimento que é, na verdade, um “mal desenvolvimento” (Shiva, 1995). Durante a chamada Revolução Verde na Índia, os especialistas depreciaram o conhecimento das plantas que as camponesas tinham e o resultado foi a desertização e o desequilíbrio dos ecossistemas locais. O monocultivo intensivo se impôs, em uma guerra contra a natureza que destruiu a biodiversidade e a diversidade cultural, trazendo miséria e deslocamentos populacionais. Basta esse caso, entre outros muitos existentes, para afirmar que avançar em direção a uma cultura da sustentabilidade exige uma concepção do conhecimento mais democrática, intercultural e aberta à experiência das mulheres.

4 À guisa de conclusão

A teoria ecofeminista mantém uma relação estreita, mas também tensa com as ciências. Por um lado, sua gênese está vinculada a elas, em particular, à ecologia, à antropologia e à etologia. Por outro, coloca importantes críticas ao conhecimento hegemônico. Tem denunciado os efeitos da iatrogenia e da contaminação ambiental nos corpos das mulheres, assim como os vieses de gênero que limitavam as investigações médicas. Mas em um nível ainda mais profundo, tem assinalado que o paradigma epistemológico moderno da separação sujeito/objeto e da repressão dos sentimentos imprime um viés androcêntrico às práticas consideradas científicas, favorecendo uma visão distorcida e cindida de natureza e humanidade.

A crítica ecofeminista examina a epistemologia sob a luz da filosofia moral e política na chave de gênero, mostrando os vieses de sexo, classe, raça e espécie que afetam a pretendida objetividade científica. Com isso, não realiza um exercício ocioso de niilismo. Sua finalidade é ética e transformadora. Em seus enfoques mais prometedores, conduzida pela urgência da crise ecológica e pela compaixão ante o sofrimento de seres humanos e não humanos, busca uma ciência empática que não produza um sujeito cindido e um objeto reduzido a somente uma das suas qualidades e dimensões. Convida a uma ciência que saiba escutar as vozes do outro, as vozes das e dos oprimidos e que saiba aprender com os conhecimentos excluídos.

É importante sublinhar que o objetivo da crítica ecofeminista não deve ser a destruição da ciência e sua substituição por algum tipo de pensamento místico que recorte os direitos das mulheres. Reconhecer saberes silenciados não implica a equiparação e aceitação de qualquer discurso. É necessário manter uma postura que não seja nem tecnofóbica nem tecnólatra.

A crítica ecofeminista pode colaborar para o reencontro das ciências sociais com as ciências naturais, sem recair no biologicismo nem na dissolução nominalista radical. A partir da experiência daqueles que vêm de uma longa história de opressão e de luta por acessar o *logos* e serem reconhecidas como sujeitos, e na escuta de outras culturas mais respeitadas da natureza, mas sem esquecer o legado ilustrado, a teoria

ecofeminista possui um potencial inestimável de impulsionar um conhecimento menos antropocêntrico ou, o que é o mesmo, mais ajustado à diversidade do ser. Para além da epistemologia, sua crítica ao andro-antropocentrismo é um convite a que a ciência e o conhecimento estreitem laços com a ética para que um mundo sem dominação seja possível.

Referências

- Adams, C., Gruen, L. (2014): “Groundwork”, in Adams, C., Gruen, L. (eds.) (2014): *Eco-feminism. Feminist Intersections with other Animals & the Earth*, New-York-London: Bloomsbury, pp. 7-36.
- Amorós, C. (1997): *Tiempo de feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Balza, I., Garrido, F. (2016): “¿Son las mujeres más sensibles a los derechos de los animales? Sobre los vínculos entre el animalismo y el feminismo”, en *ISEGORÍA. Revista de Filosofía Moral y Política*, nº 54, enero-junio, pp. 289-305.
- Bianchi, B. (2015): “¿Es compatible la ciencia con la ética? El pensamiento de las sufragistas antiviviseccionistas del siglo XIX”, en A. Puleo, G.A. Tapia González, L. Torres San Miguel, A. Velasco Sesma, (coords.) (2015), *Hacia una cultura de la sostenibilidad. Análisis y propuestas desde la perspectiva de género*, Ed. Departamento de Filosofía de la Universidad de Valladolid y Cátedra de Estudios de Género, pp. 41-64.
- Bowerbank, S. (2004): *Speaking for Nature. Women and Ecologies of Early Modern England*, Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Collard, A. (1988): *Rape of the Wild*, London: The Women’s Press Limited.
- D’Eaubonne, F. (1997): “La época del ecofeminismo”, en: M.X. Agra (1997), *Ecología y Feminismo*, trad. A. C. Rodríguez Buján, Granada: Ecorama.
- Desblache, L., *Laplume des betes. Les animaux dans le roman*, Paris: L’Harmattan.
- Donovan, J. (2014): «Participatory Epistemology, Sympathy, and Animal Ethics», en: C. Adams, L. Gruen (eds.) (2014), *Ecofeminism. Feminist Intersections with other Animals & the Earth*, New-York-London: Bloomsbury, pp. 75-90.
- Donovan, J. (2016): “La voz de los animales: una respuesta a la reciente teoría francesa del cuidado en ética animal”, *Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales*, Año III, Vol. II, pp. 63-84.
- Fox Keller, E. (1991): *Reflexiones sobre género y ciencia*, trad. A. Sánchez, Valencia: Alfons el Magnanim.
- Foucault, M. (1974): *La voluntad de saber*, I vol. *Histoire de la sexualité*, París: Gallimard.
- García Dauder, S., Pérez Sedeño, E. (2017): *Las ‘mentiras’ científicas sobre las mujeres*. Madrid: Ed. de la Catarata, Colección Mayor.
- González, M. I. (2004): “Creer para Ver: Primates, homínidos y mujeres”, en: VV.AA., *Mujeres Pioneras*, Col. La Historia no contada, Albacete: Editora Municipal-Instituto de la Mujer.
- Guerra, M. J., “Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Rachel Carson y el tránsito de la sensibilidad naturalista a la conciencia ecológica”, en: M. L. Cavana, A. Puleo, C. Segura (coords.) (2004): *Mujeres y Ecología. Historia, Pensamiento, Sociedad*, Madrid: ed. Almudayna, pp. 119-127.
- Rodríguez Carreño, J. (2012): “Frances Power Cobbe y la lucha contra la vivisección como *causa femenina* en la Inglaterra del siglo XIX”, en: J. Rodríguez Carreño (ed.), *Animales no humanos entre animales humanos*, Madrid: Colección Dilemata, Plaza y Valdés ed., pp. 85-116.
- Haraway, D. (2004): *Testigo_Modesto@SegundoMilenio. HombreHembra@_Conoce-Oncoratóná. Feminismo y tecnología*, trad. E. Torres, Barcelona: Ed. UOC.
- Haraway, D. (2008): *When Species Meet, Posthumanities*, Volume 3, University of Minneapolis-London: Minnesota Press.
- Hartsock, N. (1983): “The Feminist Standpoint. Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism”, en: Harding, S., Hintikka, M., *Discovering Rality. Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science*, New York: Kluwer Academic Publishers, pp. 283-310.
- Knight, A. (2011): *The Costs and Benefits of Animal Experiments*, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.

- López de la Vieja, T. (2015): “Cuidado y responsabilidad”, en A. Puleo (ed.) (2015), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Madrid: Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, pp. 157-169.
- Merchant, C. (1981): *The Death of Nature: Woman, Ecology, and the Scientific Revolution*, San Francisco: Harper and Row.
- Mies, M., Shiva, V., (1998), *La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, consumo y reproducción*, trad. M. Bofill y D. Aguilar, Barcelona: Icaria.
- Ortner, S. (1972): “Is Female to Male as Nature is to Culture?”, *Feminist Studies*, Vol. 1, No. 2 (Autumn, 1972), pp. 5-31.
- Ortner, S. (1996): *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*, Boston: Beacon Press, 1996, pp. 173-180.
- Puleo, A.H. (2000): *Filosofía, Género y Pensamiento Crítico*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.
- Puleo, A.H. (2011): *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Pérez Sedeño, E., Ortega Arjonilla, E. (eds.) (2014): *Cartografías del cuerpo. Biopolíticas de la ciencia y la tecnología*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos, pp. 7-46.
- Prendergast, B.J., Onishi, K.G., Zucker, I. (2014): «Female mice liberated for inclusion on neuroscience and biomedical research», *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, vol. 40, March, pp. 1-5.
- Roldán, C. (2013): “Ni virtuosas ni ciudadanas: inconsistencias prácticas en la teoría de Kant”, *Ideas y valores*, vol. LXII, suplemento n° 1, Bogotá, pp. 185-203.
- Shiva, V. (1995): *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*, trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid: ed. horas y Horas.
- Tafalla, M. (2013): “La apreciación estética de los animales. Consideraciones estéticas y éticas”, en *Revista de Bioética y Derecho* n° 28, pp. 79-90.
- Thomas, J. (2013): «Unpatients: The Structural Violence of Animals in Medical Education», *Journal for Critical Animal Studies*, Volume 11, Issue 1, pp. 46-62.
- Trar’ni, C. (2011): *La cause animale. 1820-1980. Essai de sociologie historique*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Valls-Llobet, C. (2009): *Mujeres, salud y poder*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Valls-Llobet, C. (2015): “Sesgos de género en medio ambiente y salud”, in A. Puleo (ed.) (2015), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Madrid: Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, pp. 21-35.
- Velasco Sesma, A. (2017): *La Ética Animal. ¿Una cuestión feminista?*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Velayos, C. (2013): “La frontera animal-humano”, *Arbor* n° 763, pp. 1-11.
- Warren, K. (1996): “The power and the Promise of Ecological Feminism”, en: Warren, K. (ed.) *Ecological Feminist Philosophies*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, pp. 19-40.